

# As finanças sustentáveis na agenda do G20: o papel da Trilha de Finanças e as prioridades da presidência brasileira

---

Lucas da Silva Tasquetto

## Resumo

A presidência brasileira do G20 colocou o combate à mudança do clima, à pobreza e à desigualdade social no centro de sua agenda. Nela, as finanças têm um papel fundamental a desempenhar na viabilização da transição para uma economia de baixo carbono e resiliente à mudança do clima. Na Trilha de Finanças, os esforços que o Brasil vem empreendendo para mobilizar financiamento sustentável estão centrados no Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (SFWG). Ao lado da criação da Força-tarefa para Mobilização Global Contra a Mudança do Clima, o país estabeleceu como prioridades no SFWG a otimização das operações dos fundos internacionais ambientais e climáticos; a promoção de planos de transição credíveis, robustos e justos; a análise dos desafios de implementação relacionados com os relatórios de sustentabilidade; e o financiamento de Soluções Baseadas na Natureza. São objetivos que respondem à necessidade de direcionar fluxos financeiros para os países que mais necessitam de recursos para proteger ativos ambientais estratégicos e cumprir as suas metas de descarbonização de forma justa e equitativa.

## Abstract

Brazil's presidency of the G20 has put the fight against climate change, poverty and social inequality at the heart of its agenda. Finance has a key role to play in enabling the transition to a low-carbon, climate-resilient economy. In the Finance Track, Brazil's efforts to mobilize sustainable finance are centered on the Sustainable Finance Working Group (SFWG). Alongside the creation of the Task Force for Global Mobilization Against Climate Change, the country has established as priorities in the SFWG the optimization of the operations of international environmental and climate funds; the promotion of credible, robust and fair transition plans; the analysis of implementation challenges related to sustainability reporting; and the financing of Nature-Based Solutions. These objectives respond to the need to direct financial flows to the countries that most need resources to protect strategic environmental assets and meet their decarbonization targets in a fair and equitable way.

## Introdução

Ao longo dos anos, o G20 passou a incorporar em suas negociações elementos da agenda climática global. O primeiro compromisso dos líderes do G20 em relação à mudança do clima foi alcançado na reunião de Londres, em 2009, quando foram endossados os princípios da equidade intergeracional e da sustentabilidade, e os chefes de Estado e de governo, no contexto pós-crise financeira global, se comprometeram a “construir uma recuperação inclusiva, verde e sustentável” (CUMARÚ, 2024; NETTO; RIZZO; FEITOSA, 2023). Junto com a segurança alimentar e a infraestrutura, o crescimento verde e inclusivo já compunha as prioridades da presidência mexicana do G20, em 2012, e foi um elemento central da Declaração de Líderes de Los Cabos (G20 MÉXICO, 2012). O compromisso assumido pelos países desenvolvidos de mobilizar conjuntamente 100 bilhões de dólares por ano até 2020 e anualmente até 2025 para responder às necessidades dos países em desenvolvimento

para cumprir os objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e implementar o Acordo de Paris foi lembrado e reafirmado nas Declarações de Líderes de Roma e de Bali (G20 ITÁLIA, 2021a; G20 INDONÉSIA, 2022).

As finanças têm um papel fundamental a desempenhar na viabilização da transição para uma economia de baixo carbono e resiliente à mudança do clima (Bhandary; Gallagher; Zhang, 2021). O financiamento climático global, que atingiu 1,3 trilhão de dólares no período entre 2021 e 2022, precisa aumentar significativamente para atingir um nível estimado de 9 trilhões de dólares anualmente até 2030. Isto significa que deve aumentar pelo menos cinco vezes por ano, o mais rapidamente possível, para evitar os piores impactos da mudança do clima (CPI, 2023).

Na Trilha de Finanças, o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (*Sustainable Finance Working Group* – SFWG) tem procurado contribuir para o avanço do trabalho internacional para ajudar a ampliar o financiamento sustentável privado e público. Estabelecido em 2021, durante a presidência italiana do G20, o SFWG sucedeu o Grupo de Estudo de Finanças Verdes (*Green Finance Study Group* – GRSG), criado em 2016 na presidência chinesa, e que teve seu mandato e nome alterados na presidência argentina em 2018. O Grupo de Estudo de Finanças Sustentáveis (*Sustainable Finance Study Group* – SFWG) foi dissolvido na presidência subsequente, do Japão, sob as pressões do governo Trump nos Estados Unidos e sua hostilidade em relação à agenda climática.

No contexto da criação do GRSG, em 2016, Ma Jun e Simon Zadek (2016) apontaram que os Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20 começavam a “empreender uma mudança impressionante de mentalidade” e se tornavam cada vez mais convencidos de que as finanças verdes deveriam estar “no centro das estratégias de desenvolvimento econômico”. Desde então, as menções às finanças verdes, depois sucedidas pelas referências às finanças sustentáveis, se tornaram recorrentes e em número cada vez maior nas declarações de líderes do G20. De modo geral, o número de vezes em que o termo “sustentável” é mencionado no texto dobra entre a Declaração de Hangzhou, em 2016,

quando ganha tração a agenda de finanças verdes, e a Declaração de Nova Déli, em 2023, associado majoritariamente aos termos “desenvolvimento”, “desenvolvimento agrícola”, “crescimento”, “energia”, “financiamento” e “sistema alimentar”.

A partir das prioridades propostas pelo Brasil para a sua presidência, tendo a sustentabilidade como um de seus pontos centrais, a agenda de finanças sustentáveis é de grande relevância para o país, com a continuação das discussões sobre um ambiente regulatório que permita um fluxo mais intenso de recursos para os países em desenvolvimento. Além da criação da Força-tarefa para Mobilização Global Contra a Mudança do Clima, o país apresentou como prioridades do SFWG a i) otimização das operações dos fundos internacionais ambientais; ii) a promoção de planos de transição credíveis, robustos e justos; iii) a análise dos desafios de implementação relacionados com os relatórios de sustentabilidade; e iv) o financiamento de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) (G20 BRASIL, 2024). Nas palavras do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, “o Brasil inicia um ciclo de protagonismo ainda maior em termos de financiamento climático”, com a meta de “melhorar a eficiência dos fluxos financeiros para os países que mais necessitam de recursos para proteger ativos ambientais estratégicos e cumprir as suas metas de descarbonização de forma justa e equitativa.” (G20 BRASIL, 2023c).

## **1. Do “verde” ao “sustentável”: o caminho até a consolidação do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis**

A definição de financiamento climático trazida pela UNFCCC é bastante ampla: “financiamento local, nacional ou transnacional – proveniente de fontes públicas, privadas e alternativas – que procura apoiar ações de mitigação e adaptação que irão enfrentar a mudança do clima.”<sup>1</sup> Os limites entre os termos financiamento climático, finan-

---

1 Ver: <https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance>.

ciamento verde e financiamento sustentável não são claros, e algumas instituições podem inclusive utilizá-los de forma intercambiável. O financiamento climático é geralmente entendido como um subconjunto do financiamento verde, que seria, por seu turno, um subconjunto do financiamento sustentável. Tal como acontece com o financiamento climático, não existe uma definição única de financiamento verde e financiamento sustentável, ainda que se entenda que o último apoie objetivos de sustentabilidade mais amplos – que podem incluir metas ambientais e sociais – como, por exemplo, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) inscritos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Shishlov; Censkowsky, 2022). Para fins políticos, regulatórios, fiscais ou estatísticos foram desenvolvidas algumas definições práticas e conjuntos de critérios no contexto do sistema financeiro global, dos sistemas financeiros nacionais, das instituições financeiras e dos instrumentos financeiros (PNUMA, 2015).

Em 2009, na COP 15, em Copenhagen, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar conjuntamente 100 bilhões de dólares anualmente até 2020, provenientes de uma ampla variedade de fontes (MICHAELOWA; SACHERER, 2022). Valores até o ano passado não alcançados e objeto de intenso debate internacional entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. De outro lado, o financiamento privado está crescendo, mas não na escala necessária. Assim como na mobilização de fontes domésticas de financiamento, as economias desenvolvidas são muito mais bem-sucedidas na mobilização de financiamento privado do que os países em desenvolvimento (CPI 2023). A ausência de apoio substancial de instituições financeiras internacionais significa que não há capital e investimento suficientes canalizados para o campo do desenvolvimento verde e inclusivo (HE, 2019).

No âmbito do G20, a China fez do financiamento verde e dos títulos verdes as principais prioridades da sua presidência (MAIR, 2016). A proposta de lançar um grupo de estudos sobre o tema, o GFSG, foi adotada na primeira Reunião de Deputies de Finanças e Bancos Centrais, em dezembro de 2015. O grupo foi mandatado para identificar barreiras

institucionais e de mercado ao financiamento verde e desenvolver opções sobre como melhorar a capacidade do sistema financeiro para mobilizar capital privado para investimentos verdes (G20 CHINA, 2016a). Como não era propriamente um grupo de trabalho, o GFSG não podia fazer recomendações aos membros do G20, mas seus resultados seriam apresentados mais tarde, em julho do mesmo ano, aos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais (STICHELE, 2016). Entre 2016 e 2018, a iniciativa incentivou a formação de um consenso global sobre a necessidade de ampliar o financiamento verde, entendido como “o financiamento de investimentos que proporcionam benefícios ambientais no contexto mais amplo do desenvolvimento ambientalmente sustentável” (G20 CHINA, 2016b). No período, colocou em foco uma série de questões centrais para o desenvolvimento global das finanças sustentáveis, até a suspensão de suas atividades em virtude da pressão dos Estados Unidos.

O GFSG foi copresidido pela China (People’s Bank of China) e pelo Reino Unido (Bank of England), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como secretariado. Os copresidentes (*‘co-chairs’*) são responsáveis por liderar o programa de trabalho e as atividades, em coordenação com a presidência do G20 e apoiados pelo secretariado. Os bancos centrais chinês e britânico partilhavam um interesse comum no papel potencial do setor financeiro no desenvolvimento verde e sustentável, e ajudaram na formação de uma “coalizão política China-Reino Unido na agenda do G20 sobre finanças verdes” (HE, 2019, p. 11).

Ao final da presidência chinesa, a agenda de finanças verdes na Cúpula de Hangzhou combinou o desenvolvimento ambientalmente sustentável e a inovação financeira, dois assuntos nacionais aos quais os líderes da China deram ênfase, e colocou as finanças verdes na agenda do G20 pela primeira vez na história (HE, 2019). A Declaração de Líderes apontou para a necessidade de aumentar o financiamento verde para apoiar o crescimento ambientalmente sustentável em nível mundial. Nela foi mencionado o GFSG e seu Relatório de Síntese sobre Finanças Verdes do G20, recebido na Reunião de Ministros de Finanças

e Presidentes de Bancos Centrais do G20, de Chengdu, com as opções voluntárias desenvolvidas pelo grupo para aumentar a capacidade do sistema financeiro de mobilizar capital privado para investimentos verdes. A inclusão dessas opções da Declaração é considerada como um marco no desenvolvimento do financiamento verde (HE, 2019). O documento inclui esforços para: i) fornecer sinais e quadros políticos estratégicos claros; ii) promover princípios voluntários para o financiamento verde; iii) expandir as redes de aprendizagem para o desenvolvimento de capacidades; iv) apoiar o desenvolvimento de mercados locais de títulos verdes; v) promover a colaboração internacional para facilitar o investimento transfronteiriço em títulos verdes; vi) incentivar e facilitar a partilha de conhecimentos sobre riscos ambientais e financeiros; e vii) melhorar a medição das atividades de financiamento verde e dos seus impactos (G20 CHINA, 2016c).

Em 2017, a presidência da Alemanha do G20 deu seguimento à discussão sobre finanças verdes. Após consultas com seus membros, o GFSG decidiu focar em trabalhos específicos e operacionais em relação à gestão de riscos decorrentes de fatores ambientais, melhorando os requisitos de divulgação de dados ambientais e explorando ferramentas de avaliação para finanças verdes (HE, 2019). Ao longo do ano, o GFSG se concentrou na aplicação da análise de risco ambiental no setor financeiro, e no uso de dados ambientais disponíveis publicamente para análise de risco financeiro e informação na tomada de decisões (G20 ALEMANHA, 2017). Na Cúpula de Hamburgo, as opções desenvolvidas pelo GFSG para a promoção dos dois temas foram incluídas no Plano de Ação do G20 de Hamburgo (CHINA, 2017).

No ano seguinte, em 2018, na presidência da Argentina, o GFSG foi renomeado para Grupo de Estudos sobre Finanças Sustentáveis (SFSG) e o seu âmbito de estudo foi alargado para incluir aspectos adicionais do desenvolvimento sustentável em conjunto com os elementos ambientais. A força da coalizão política China-Reino Unido em torno da agenda das finanças verdes perdeu força na sequência da Cúpula de Buenos Aires, frente às reações de outros países. Duas razões contribuíram para essas

mudanças. Primeiro, os Estados Unidos demonstraram uma atitude hostil em relação à agenda das finanças verdes desde a Cúpula de Hangzhou. Nesse período, o país adotou uma visão crítica sobre ESG e financiamento climático, e pressionou para eliminar qualquer referência ao verde ou ao clima nos grupos e organizações globais dos quais participava (AZIZUDDIN, 2021). Em 2017, na Declaração de Líderes de Hamburgo, os Estados Unidos já fizeram constar a decisão de se retirarem do Acordo de Paris e anunciaram que cessariam imediatamente a implementação da sua NDC de então. A decisão de se retirarem do Acordo de Paris foi reiterada na Declaração de Líderes de Buenos Aires e aprofundada na de Osaka, em 2019, quando os Estados Unidos ainda justificaram a denúncia do Acordo de Paris pelos alegados “prejuízos” causados por este aos “trabalhadores e os contribuintes americanos” (G20 JAPÃO, 2019). Em segundo lugar, sob o tema do desenvolvimento sustentável na Cúpula de Buenos Aires, estabeleceu-se uma agenda social e ambiental mais ampla, incluindo na agenda de financiamento verde o aumento de oportunidades de emprego, a redução da pobreza e o apoio ao crescimento.

Apesar da hostilidade dos Estados Unidos à decisão, grande parte do trabalho do GFSG continuou sob o novo nome em 2018 (ALEXANDER, 2018). Nesse contexto, as finanças sustentáveis foram definidas como “financiamento, bem como acordos institucionais e de mercado relacionados, que contribuem para a obtenção de um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo, através do apoio direto e indireto ao arcabouço dos ODS.” (G20 Argentina, 2018). O grupo foi mandataado a desenvolver e avaliar opções para adoção voluntária pelos membros para ajudar a implementar o financiamento, incluindo a criação de ativos sustentáveis para os mercados de capitais; o desenvolvimento de *private equity* e *venture capital* sustentáveis; e a exploração de potenciais aplicações de tecnologias digitais para finanças sustentáveis.

Em 2019, no contexto da presidência do Japão, esperava-se que o SFSG deixasse de ser um grupo de trabalho separado e que as questões relacionadas a finanças verdes fossem conduzidas no Grupo de Trabalho de Infraestrutura. Ao final da presidência, o SFSG foi dissol-

vido na Cúpula de Osaka (HE, 2019). Ao contrário do que se deu nas Cúpulas anteriores, depois da sua criação, o grupo não foi mencionado em nenhum documento oficial da Cúpula.

A presidência da Itália do G20, em 2021, ajudada pela mudança no governo dos Estados Unidos, com a eleição de Joe Biden, marcou uma nova virada no tema das finanças sustentáveis. A presidência italiana decidiu reestabelecer o SFSG, decisão endossada na sequência pelos Ministros da Fazenda e pelos Presidentes dos Bancos Centrais dos países do G20. China e Estados Unidos foram chamados a copresidir o SFSG, enquanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi convidado para atuar como secretariado do grupo. Com a proposta de elevar a iniciativa a um grupo de trabalho (U.S., 2021), na reunião ministerial de abril o grupo de estudos foi atualizado para se tornar o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (SFWG) (G20 ITÁLIA, 2021c). Em sua vocação, mantiveram-se as tarefas de identificar barreiras institucionais e de mercado ao financiamento sustentável e de desenvolver opções para superar essas barreiras e contribuir para um melhor alinhamento do sistema financeiro internacional com os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.<sup>2</sup>

O grupo de trabalho foi mandatado pelos Ministros da Fazenda e pelos Presidentes dos Bancos Centrais para desenvolver um Roteiro para Finanças Sustentáveis do G20 (*'Roadmap'*), com o intuito de ajudar a concentrar a atenção do G20, de organizações internacionais e de outras partes interessadas nas prioridades fundamentais da agenda de finanças sustentáveis e a formar consensos sobre as principais ações a serem tomadas (G20 ITÁLIA, 2021b). Entre as principais tarefas estabelecidas no termo de referência, estavam a identificação de desafios, lacunas e barreiras relevantes que dificultassem a capacidade do sistema financeiro, incluindo os custos de transição enfrentados por diferentes países e grupos populacionais; de parcerias globais concretas para apoiar os objetivos de sustentabilidade; e de ações-chave para enfrentar os desafios

---

2 Ver: <https://g2osfwg.org/about-us/>.

identificados (G20 ITÁLIA, 2021d). As prioridades do *Roadmap* foram pensadas de forma flexível, suscetíveis a evoluções ao longo do tempo, considerando as circunstâncias específicas de cada país e os recursos financeiros e tecnológicos disponíveis.

Após os resultados entregues pela presidência italiana, os trabalhos do SFWG seguiram durante as presidências seguintes, de Indonésia (2022) e Índia (2023). A Indonésia propôs como prioridades e apresentou entregas em torno de três questões centrais: i) o desenvolvimento de um arcabouço para o financiamento da transição e melhora da credibilidade dos compromissos das instituições financeiras; ii) a ampliação dos instrumentos financeiros sustentáveis, com foco no acesso e na acessibilidade financeira; e iii) a discussão de alavancas políticas que incentivem o financiamento e o investimento para apoio à transição (G20 INDONÉSIA, 2022a). Já a Índia, no ano seguinte, estabeleceu como áreas prioritárias: i) os mecanismos para mobilização de recursos oportunos e adequados para o financiamento climático; ii) as possibilidades de financiamento para os ODS; e iii) a capacitação do ecossistema para o financiamento do desenvolvimento sustentável (G20 ÍNDIA, 2023).

## **2. As prioridades da presidência brasileira do G20 em torno da mudança do clima**

**D**epois da Índia, o Brasil assumiu a presidência rotativa do G20 pelo período de um ano a partir do início de dezembro de 2023. É a primeira vez que o país cumpre o papel nesse formato. Havia presidido o G20 em 2008, porém em um momento no qual o evento ainda se dava no nível ministerial. Sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, o Presidente Lula apresentou as prioridades da presidência brasileira do G20, estruturadas em torno de três eixos: a inclusão social e o combate à fome e à pobreza; a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental e as transições energéticas; e a reforma das instituições de governança global (BRASIL, 2023).

Com o segundo eixo, o objetivo proposto foi garantir que as transformações da sociedade, com a descarbonização da economia global e a revolução digital, resultem em bem-estar social, prosperidade econômica e sustentabilidade ambiental para todos. Para tanto, foi proposta a criação de uma Força-tarefa para a Mobilização contra a Mudança do Clima, com o foco na “promoção de planos nacionais de transformação ecológica, que levem em conta o impacto do aquecimento global sobre os mais vulneráveis” (G20 BRASIL, 2023b). Na perspectiva de Fernando Haddad, a criação das duas forças-tarefas, para o combate à fome e para o combate à mudança do clima, representa “um apelo a um G20 unido e ao alinhamento de recursos no nível de ambição esperado pelos nossos líderes” e uma “chance de reconectar o Sul e o Norte globais em torno de uma agenda positiva de transformação social, econômica e ecológica” (G20 BRASIL, 2023c). A Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e coordenadora da Trilha de Finanças, Tatiana Rosito, apontou que a presidência brasileira representa uma chance para incluir aspectos socioambientais na agenda de finanças: “é uma grande oportunidade o olhar de uma globalização solidária, da transformação ecológica para o núcleo da agenda econômica e financeira.” (G20 BRASIL, 2023a)

Com a questão climática como um tema transversal na presidência do G20, os grupos de trabalho das duas trilhas contam com diversas prioridades ligadas à mudança do clima. Na Trilha de Finanças, além do SFWG, tem-se o Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional (P1 – tornar os MDBs melhores, maiores e mais eficazes; P2 – abordar questões de dívida soberana), o Grupo de Trabalho Economia Global (P1 – enfrentar os desafios distributivos nas políticas de transição sustentável; P3 – criar espaço fiscal para apoiar o investimento público), o Grupo de Trabalho de Infraestrutura (P1 – financiamento de infraestruturas resistentes às alterações climáticas; P3 – mitigação dos riscos cambiais), e a Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde (P2 – compreender melhor a centralidade das iniciativas de financiamento destinadas a abordar os determinantes sociais e ambientais da saúde).

De outro lado, a Trilha Sherpa conta com o Grupo de Trabalho da Agricultura (P1– sustentabilidade dos sistemas agroalimentares nas suas múltiplas trajetórias), o Grupo de Trabalho de Anticorrupção (P1 – contribuir para um mundo justo e um planeta sustentável através do combate à corrupção e da promoção da integridade), o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento (P1 – combater as desigualdades), o Grupo de Trabalho de Redução do Risco de Desastres (P1 – cobertura global de sistemas de alerta precoce; P2 – infraestruturas resilientes a catástrofes e ao clima; P3 – estruturas de financiamento para redução do risco de desastres; P4 – sistema nacional e global de resposta a desastres e reabilitação; P5 – maior aplicação de abordagens baseadas em ecossistemas para a redução do risco de desastres; P6 – prevenção de vulnerabilidades e combate às desigualdades), o Grupo de Trabalho sobre Emprego (P2 – o imperativo de uma transição justa face às transformações digitais e energéticas), o Grupo de Trabalho de Transições Energéticas (P1 – acelerar o financiamento para transições energéticas, especialmente em mercados emergentes e economias em desenvolvimento; P3 perspectivas inovadoras sobre combustíveis sustentáveis), o Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática (P1 – adaptação emergencial e preventiva a eventos climáticos extremos; P2 – pagamentos por serviços ecossistêmicos; P3 – oceanos), o Grupo de Trabalho de Saúde (P4 – mudança do clima e saúde), o Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação (P2 – inovação aberta para a descarbonização da economia, incluindo transições energéticas e bioeconomia), e o Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos (P1 – comércio e desenvolvimento sustentável; P3 – Desenvolvimento Sustentável em Acordos de Investimento).

## **2.1 As prioridades do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis**

Os esforços que o Brasil vem empreendendo na agenda de finanças sustentáveis estão centrados no SFWG. Foram quatro reuniões do grupo ao longo do ano. A primeira, virtual, nos dias 5 e 6 de fevereiro. A segun-

da nos dias 1 e 2 de abril, em Brasília. A terceira entre os dias 9 e 10 de julho, em Belém. A quarta e última nos dias 9 e 10 de setembro, no Rio de Janeiro. Nos dias seguintes aos três encontros presenciais foram conduzidas igualmente as reuniões da FT Clima. Ao lado das prioridades do grupo, objeto das discussões das reuniões oficiais, temas importantes para a presidência, os copresidentes e a Troika foram também considerados em eventos laterais com os membros, organizações internacionais, e convidados: financiamento de ODS em contextos urbanos; financiamento climático em moeda local; mercados de carbono; sociedade civil e agenda do G20 para uma transição justa; análise de relatórios de divulgação de sustentabilidade com foco em pequenas e médias empresas (PMES) e em mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDES); e implementação do Plano de Ação de Assistência Técnica (TAAP) do G20 para fortalecer o ecossistema propício ao financiamento sustentável.

As quatro prioridades propostas pelo Brasil e pelos copresidentes, China e Estados Unidos, para o SFWG buscam responder às prioridades gerais da presidência, ao mesmo tempo que atendem ao legado do grupo do trabalho, com elementos tanto das presidências anteriores quanto dos documentos aprovados desde 2021, como o *Roadmap* (G20 ITÁLIA, 2021b) e o *Transition Finance Framework* (G20 INDONÉSIA, 2022b). Cada prioridade possui uma dinâmica própria, com entregas e metodologias específicas.

### Otimização das operações dos fundos internacionais ambientais e climáticos

A primeira prioridade diz respeito a uma reflexão liderada pelo SFWG para revisão das práticas e processos dos fundos internacionais ambientais e climáticos com o objetivo de simplificar o acesso por parte dos países em desenvolvimento e buscar complementariedades entre os próprios fundos para alavancar recursos para o financiamento sustentável. Os fundos verticais constituem uma parte importante da arqui-

tetura financeira internacional e representam uma das maiores fontes de financiamento catalítico multilateral direcionado para o clima e o ambiente.

O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo Verde para o Clima (GCF), os Fundos de Investimento Climático (CIFs) e o Fundo de Adaptação (AF) são objeto desta prioridade. O GEF aborda uma série de desafios ambientais globais servindo a cinco Convenções da ONU, incluindo a UNFCCC. O AF e o GCF também servem à UNFCCC, enquanto os CIFs são os únicos que não compõem um mecanismo financeiro de uma convenção da ONU, embora ainda apoiem a adaptação e mitigação da mudança do clima. Assim, com exceção dos CIFs, os fundos mantêm ligações formais com a UNFCCC e recebem orientação da Conferência das Partes sobre as suas políticas, prioridades programáticas e critérios de elegibilidade (IEEFA, 2024).

De modo geral, estes fundos possuem diferentes estruturas, procedimentos e processos de governança, e trabalham com diferentes subconjuntos de parceiros de implementação. Isso gera uma série de dificuldades operacionais que dificulta o acesso dos países ao financiamento e, no limite, conduz a um represamento muito significativo dos recursos disponíveis dos fundos. Nesse contexto, os membros do G20 negociam um conjunto de recomendações práticas do grupo sobre a otimização das operações dos fundos internacionais ambientais e climáticos na prestação de financiamento sustentável. Para embasar e direcionar as discussões, a presidência brasileira do G20 e o SFWG nomearam um Grupo Independente de Especialistas de Alto Nível (IHLEG), com doze especialistas com experiência em finanças sustentáveis, operações de fundos verticais e instrumentos financeiros inovadores. O IHLEG trabalhou na apresentação de um relatório independente abordando a eficiência operacional e a acessibilidade dos quatro fundos selecionados, indicando recomendações para tornar as suas operações mais eficientes, melhorar a colaboração, e mobilizar capital privado de forma eficaz para cumprir os seus mandatos e alcançar resultados significativos.

## Promoção de planos de transição credíveis, robustos e justos

A presidência brasileira do G20 colocou o combate à mudança do clima, à pobreza e à desigualdade social no centro de sua missão. No âmbito do SFWG, a partir do legado das presidências anteriores, o Brasil pretende incorporar fatores socioeconômicos nas atividades de financiamento da transição. Em 2022, o grupo apresentou o *Transition Finance Framework*. O documento fornece uma série de princípios e recomendações para decisores políticos e para partes interessadas avançarem no financiamento da transição para economias com baixos níveis de emissão de gases do efeito estufa. Com esta prioridade, o SFWG se propõe a dar um maior impulso ao desenvolvimento do quadro de financiamento da transição, com recomendações para o desenvolvimento de planos de transição credíveis, robustos e justos.

Por meio de ações voluntárias ou em resposta a regulamentações em algumas jurisdições, as instituições financeiras e as empresas estão desenvolvendo planos de transição, cujo objetivo é traduzir seus compromissos de emissões líquidas zero em uma estratégia de implementação coerente para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, seguindo objetivos e metas claros. Porém, ainda apenas um pequeno número de atores do setor privado consegue demonstrar um plano de transição climática credível alinhado com a meta de 1,5°C (OCDE, 2024). Mais do que isso, embora a adoção efetiva de princípios de transição justa nos esforços climáticos do setor empresarial e financeiro esteja crescendo, ela continua a ser marginal (ROTH et al, 2024).

O SFWG se propôs a considerar o tema em três perspectivas. A primeira trata de desenvolver princípios de alto nível para planos de transição, reconhecendo as especificidades de diferentes estruturas jurídicas. Esses princípios podem ajudar a promover abordagens consistentes e as melhores práticas para planos de transição, além de incentivar seu desenvolvimento, permitindo uma interpretação mais fácil entre as empresas. A segunda envolve elaborar recomendações so-

bre transição justa com foco na avaliação e mitigação dos impactos sociais e econômicos negativos das atividades e investimentos de transição das instituições financeiras e das corporações. A transição para economias de baixo carbono deve atender às necessidades ambientais e sociais, garantir benefícios equitativos, gerar renda e emprego, promover oportunidades de avanço social e dignidade socioeconômica para os mais vulneráveis, e não reproduzir ou aprofundar desigualdades de gênero, étnico-raciais, de classe social e geracionais. Por fim, os membros conduziram uma reflexão sobre a aplicabilidade dos princípios de transição justa nos setores do cimento e do aço. Planos de transição credíveis são um meio de acesso ao capital privado necessário particularmente para a transição da indústria do aço e do cimento, as principais fontes de emissões industriais, representando mais de 7% e 6% do CO<sub>2</sub> global, respectivamente, em 2022 (PASSARO, 2024). Esses setores estão nas fases iniciais de incorporação e abordagem dos riscos e impactos da transição justa nos planos de transição.

### [Análise dos desafios de implementação relacionados aos padrões de relatórios de sustentabilidade](#)

Há uma demanda crescente por maior transparência, comparabilidade e interoperabilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas. Conduzida majoritariamente pelo Banco Central do Brasil no âmbito da presidência brasileira do G20, a terceira prioridade se propõe a considerar não somente os benefícios dos relatórios de sustentabilidade, de transparência em relação às ações sustentáveis das instituições financeiras e das corporações, mas a aprofundar os desafios relativos à sua implementação, sobretudo para PMES e para EMDES. Para tanto, o fluxo de trabalho em torno da prioridade envolve a elaboração de um documento sobre os benefícios e desafios da implementação dos atuais padrões de relatórios de sustentabilidade para PMES e EMDES, e de um balanço abrangente de ferramentas digitais para melhorar os relatórios de sustentabilidade.

## Financiamento de Soluções Baseadas na Natureza

As Soluções Baseadas na Natureza (SbN) são estratégias fundamentais para enfrentar a mudança do clima, com o potencial de proporcionar múltiplos benefícios para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais. A Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) define as SbN como “ações para proteger, conservar, restaurar, usar de forma sustentável e gerenciar ecossistemas naturais ou modificados terrestres, de água doce, costeiros e marinhos que abordam os desafios sociais, econômicos e ambientais de forma eficaz e adaptativa, enquanto proporcionam simultaneamente bem-estar humano, serviços ecossistêmicos, resiliência e benefícios para a biodiversidade” (UNEA, 2022). O objetivo de encorajar e aumentar a implementação de SbN, de forma inclusiva e por meio da participação de comunidades locais e povos indígenas, já constava da Declaração de Líderes de Roma (G20 ITÁLIA, 2021a).

No entanto, os fluxos financeiros para projetos de SbN alcançaram 200 bilhões de dólares em 2022, apenas um terço do necessário para atingir as metas climáticas, de biodiversidade e de degradação dos solos até 2030 (PNUMA, 2024). Assim, sob a presidência do Brasil, o SFWG priorizou o financiamento de SbN como um componente central de sua agenda, com o levantamento de instrumentos financeiros inovadores e o aproveitamento do compartilhamento de riscos para maximizar a participação do setor privado na área. Em parceria com a presidência e o Instituto Clima e Sociedade (ICS), a *Climate Policy Initiative* (CPI) desenvolveu um relatório focado em doze estudos de caso que tiveram sucesso na mobilização de capital para SbN. A partir da análise de projetos de conservação/proteção, restauração, bioeconomia, agrofloresta e gestão de ecossistemas marinhos, pretende-se aproveitar lições relevantes para melhor informar sobre os desafios e oportunidades de financiamento de SbN, bem como o seu potencial de replicação e expansão para outros países do G20. Com o relatório em mãos, os membros do G20 decidiram sobre recomendações para enfrentar os desafios do aumento

do financiamento de SbN, especialmente nos países em desenvolvimento, incluindo recomendações para adaptar as soluções financeiras existentes às necessidades específicas das SbN.

## **2.2 Inovação institucional com a criação da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima**

Por sua vez, o lançamento da FT Clima visa articular uma resposta coordenada tanto dos Sherpas do G20 quanto da Trilha de Finanças ao desafio da mudança do clima, reunindo representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Meio Ambiente e do Banco Central. Ao promover o diálogo de alto nível entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais, a Força-tarefa apresenta como objetivo um alinhamento macroeconômico e financeiro global que conduza à implementação eficaz da UNFCCC e do seu Acordo de Paris. Ao mesmo tempo, procura-se assegurar que não haverá conflitos com as negociações em torno do regime da mudança do clima em fóruns multilaterais. A necessidade de evitar duplicação de esforços entre as iniciativas tem sido apontada com frequência pelos membros. A Força-tarefa apresenta sinergias, em diferentes níveis, também com outros grupos do G20. Entre aqueles que correspondem diretamente às suas prioridades estão o Grupo de Trabalho de Transições Energéticas, o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis, o Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática, e a Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde.

A FT Clima organiza suas entregas em torno de dois eixos principais. O primeiro, “*resetting action*”, visa reforçar o papel de planos de transição nacionais e plataformas nacionais credíveis, robustos e justos, explorando os desafios financeiros, sociais e econômicos associados. O segundo, “*resetting finance*”, procura desenvolver uma agenda renovada para o envolvimento do setor financeiro na ação climática, de forma a complementar o financiamento público e a contribuir para uma agenda de investimento ambiciosa para a mitigação, adaptação e transições

justas, alinhada com o objetivo de 1,5°C. Em pauta o debate em torno do alto custo do capital em mercados emergentes e do desenvolvimento de um instrumento para lidar com riscos cambiais nesses mercados. Ao lado da discussão dos mecanismos específicos propostos, é esperado que as autoridades diplomáticas, financeiras e climáticas dos membros do G20 consigam apresentar uma declaração ministerial na quarta e última reunião da Força-tarefa, em setembro, no Rio de Janeiro.

## Considerações finais

Desde a criação do G20, em 2009, a economia global, as políticas fiscais e monetárias; as instituições financeiras internacionais; a reforma e regulamentação do setor financeiro; e a tributação internacional continuaram a ser as principais agendas da sua Trilha de Finanças (RAY et al., 2023). No entanto, cada presidência vem acrescentando novas ideias as suas prioridades, entre as quais a mudança do clima assumiu uma centralidade correspondente à importância da integração das questões relativas ao tema na ordem econômica global. Apesar do progresso significativo na mobilização de financiamento sustentável, ainda há desafios para atrair financiamento privado e facilitar o acesso aos fundos globais climáticos e ambientais, especialmente para países em desenvolvimento com limitações significativas de capacidade técnica e mobilização de recursos domésticos.

Ao passo que o Brasil busca iniciar um ciclo de protagonismo no financiamento sustentável, a agenda do SFWG é de grande importância para o país, também como uma ponte para a presidência da COP em 2025 (G20 BRASIL, 2023c). De modo complementar, para reforçar as três prioridades estabelecidas em torno da pobreza, do clima e da governança, o país também incluiu dois objetivos institucionais para a sua presidência: “a maior articulação entre as trilhas de Sherpas e de Finanças e o fortalecimento da participação da sociedade civil nos debates do grupo” (LYRIO; PONTES, 2024, p. 96). Institucionalmente, a realização da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima que reúne

as duas trilhas denota o reconhecimento da transversalidade do tema e da importância da atuação coordenada entre as duas trilhas, e sinaliza para as próximas presidências a necessidade de debates e propostas interligadas pelas questões econômicas, ambientais, políticas e sociais.

Há limites, é claro, para o que pode ser alcançado pelo G20. O grupo é um fórum liderado pelos próprios membros que negociam seus comunicados, declarações e recomendações, de cumprimento voluntário, a partir do consenso. Para além das prioridades da presidência de ocasião, os grupos de trabalho carregam consigo o legado das presidências anteriores e a influência dos países copresidentes. Ainda assim, desde a crise financeira global de 2008, o G20 se tornou o principal espaço para a coordenação da política econômica internacional e tem sido capaz de influenciar a governança internacional. O grupo promove agendas e mobiliza organizações internacionais e organizações da sociedade civil em torno dos temas selecionados, de forma a sinalizar e preparar questões para decisão em outros fóruns mais específicos. O G20, por reunir as maiores economias do mundo e os maiores emissores de gases de efeito estufa, tem um papel fundamental em ajudar a construir consensos e contribuir de forma decisiva para responder à emergência climática, com a Trilha de Finanças como um espaço privilegiado para as discussões sobre a mobilização de financiamento sustentável.

## Referências

ALEXANDER, Nancy. The Priorities of Argentina's G20 Presidency. **Heinrich Böll Stiftung**, 5 Janeiro 2018. Disponível em: <https://us.boell.org/en/2018/01/05/priorities-argentinias-g20-presidency>.

AZIZUDDIN, Khalid. China and the US to lead rebranded G20 sustainable finance study group. **Responsible Investor**, 04 Março 2021. Disponível em: <https://www.responsible-investor.com/china-and-the-us-to-lead-rebranded-g20-sustainable-finance-study-group/>.

BHANDARY, Rishikesh; GALLAGHER, Kelly; ZHANG, Fang. Climate finance policy in practice: a review of the evidence. **Climate Policy**, v. 21, n. 4, p. 529-545, 2021.

**BRASIL. Speech by President Lula at the closing of the G20 Summit**, 10 Setembro 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/en/follow-the-government/speeches-statements/2023/speech-by-president-lula-at-the-closing-of-the-g20-summit#:~:text=A%20divided%20G20%20does%20not,dedication%20and%20commitment%20from%20everyone.>

**CHINA. The 2017 G20 Green Finance Synthesis Report Released. The People's Bank of China**, 15 Julho 2017. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/english/130721/3344311/index.html>.

**CLIMATE POLICY INITIATIVE (CPI). Global Landscape of Climate Finance 2023**. Novembro 2023. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2023/11/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2023.pdf>.

CUMARÚ, João. Clima e financiamento: o papel do G20 e das instituições de Bretton Woods. In: FOLLY, Maiara; CLOSS, Marília; GONZALEZ, Vitória. **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo** (orgs.). Brasília: FUNAG, 2024, p. 77-99.

G20 ALEMANHA. **Green Finance Study Group** – Green Finance Synthesis Report. 2017. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/english/130721/3344311/2017071410100223788.pdf>.

G20 ARGENTINA. **Sustainable Finance Study Group** – Sustainable Finance Synthesis Report. 2018. Disponível em: [https://unepinquiry.org/wp-content/uploads/2018/11/G20\\_Sustainable\\_Finance\\_Synthesis\\_Report\\_2018.pdf](https://unepinquiry.org/wp-content/uploads/2018/11/G20_Sustainable_Finance_Synthesis_Report_2018.pdf).

G20 BRASIL. Começam os trabalhos: reuniões do G20 ocorrem nesta semana em Brasília, 10 Dezembro 2023a. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/comecam-os-trabalhos-reunioes-do-g20-acontecem-esta-semana-em-brasilia>.

G20 BRASIL. Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades, defende Lula. 13 de dezembro 2023b. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/precisamos-de-uma-nova-globalizacao-que-combata-as-disparidades-defende-lula-na-reuniao-do-g20>.

G20 BRASIL. Queremos melhorar fluxos financeiros para países que mais necessitam, defende Haddad, 14 de dezembro 2023c. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/queremos-melhorar-os-fluxos-financeiros-para-os-paises-que-mais-necessitam-defende-ministro-haddad-no-g20>.

G20 BRASIL. **Sustainable Finance Working Group** – Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities. 2024. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2024/02/2024-G20-SFWG-NAP.pdf>.

G20 CHINA. **First G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting** – Communiqué. Shanghai, 27 Fevereiro 2016a. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/english/130721/3022890/index.html>.

G20 CHINA. **Green Finance Study Group** – Green Finance Synthesis Report. 2016b. Disponível em: [https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2021/07/2016\\_Synthesis\\_Report\\_Full\\_EN.pdf](https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2021/07/2016_Synthesis_Report_Full_EN.pdf).

G20 CHINA. Leaders' Communique Hangzhou Summit. 2016c. Disponível em: [http://www.g20chn.org/English/Dynamic/201609/t20160906\\_3396.html](http://www.g20chn.org/English/Dynamic/201609/t20160906_3396.html).

G20 ÍNDIA. **Sustainable Finance Working Group** – Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities. 2023. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2023/03/SFWG-Presidency-and-Co-Chairs-Note-on-Agenda-Priorities.pdf>.

G20 INDONÉSIA. **Sustainable Finance Working Group** – Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities. 2022. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2022/02/SFWG-Note-on-Agenda-Priorities-final-17jan.pdf>.

G20 INDONÉSIA. **Sustainable Finance Working Group** – Transition Finance Framework. 2022b. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2023/12/TFF-2-pager-digital.pdf>.

G20 ITÁLIA. **Rome Leaders Declaration**. 2021a. Disponível em: <http://www.g2oitaly.org/italian-g20-presidency/documents/docs-g20-summit.html>.

G20 ITÁLIA. **Sustainable Finance Working Group** – Sustainable Finance RoadMap. 2021b. Disponível em: [https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2022/01/RoadMap\\_Final14\\_12.pdf](https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2022/01/RoadMap_Final14_12.pdf).

G20 ITÁLIA. **Sustainable Finance Working Group** – Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities. 2021c. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2021/10/SFWG-Note-on-Agenda-Priorities-final.pdf>.

G20 ITÁLIA. **Sustainable Finance Working Group** – Terms of Reference. 2021d. [https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2022/12/ToR-SFWG-FINAL\\_June-2021.pdf](https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2022/12/ToR-SFWG-FINAL_June-2021.pdf).

G20 JAPÃO. **Osaka Leaders' Declaration**. 2019. Disponível em: [https://www.mofa.go.jp/policy/economy/g20\\_summit/osaka19/en/documents/final\\_g20\\_osaka\\_leaders\\_declaration.html](https://www.mofa.go.jp/policy/economy/g20_summit/osaka19/en/documents/final_g20_osaka_leaders_declaration.html).

G20 MÉXICO. **Los Cabos Leaders Declaration**. 2012. Disponível em: <https://g20.org/tr/about-g20/past-summits/2012-los-cabos/index.html>.

HE, Alex. Interaction between the G20 agenda and members' national-level policy: A theoretical model for increasing G20 effectiveness. **South African Journal of International Affairs**, v. 26, n. 4, p. 1-21, 2019.

Institute for Energy Economics and Financial Analysis (IEEFA). Enhancing Access to Multilateral Climate Funds by Developing Countries: A Way Forward. 2024. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2024/06/G20-SFWG-P1-IEEFA-Enhancing-Access-of-Developing-Countries-to-Climate-Funds-1.pdf>.

JUN, Ma; ZADEK, Simon. The G20 Embraces Green Finance. **Project Syndicate**, 05 Setembro 2016. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/g20-embraces-green-finance-by-ma-jun-and-simon-zadek-2016-09>.

LYRIO, Mauricio Carvalho; PONTES, Kassius Diniz da Silva. *O G20*. Brasília: FUNAG, 2024.

MAIR, Vibeke. Analysis: How China, as head of the G20, is spearheading a global green finance push. **Responsible Investor**, 30 Março 2016. Disponível em: <https://www.responsible-investor.com/china-green-finance/>.

MICHAELOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin. Introduction to the Handbook of International Climate Finance: is climate finance a meteoric fashion or a stable pillar of the global response to anthropogenic climate change? In: MICHAELOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin (ed.). **Handbook of International Climate Finance**. Edward Elgar Publishing, 2022, p. 1-14.

NETTO, Maria; RIZZO, Lucca; FEITOSA, Cíntya. A Roadmap for Brazil's G20 Presidency on Sustainable Finance. **CEBRI-Journal**, v. 2, n. 8, p. 95-111, 2023.

OCDE. **Advancing Robust, Credible and Just Transition Plans**. Key Issues Note for the 2024 G20 Sustainable Finance Working Group (SFWG). 2024. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2024/06/P2-G20-SFWG-OECD-Advancing-robust-credible-and-just-transition-plans-1.pdf>.

PASSARO, Fabio. **G20 SFWG input paper: The role of policymakers in mobilising private finance to ensure a credible and just transition in steel and cement**. Climate Bonds Initiative. 2024. Disponível em: [https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2024/06/P2-G20-SFWG-CBI-Policymakers-mobilising-private-finance-ensuring-credible-and-just-transition-in-steel-and-cement-CBI\\_G20\\_01D.pdf](https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2024/06/P2-G20-SFWG-CBI-Policymakers-mobilising-private-finance-ensuring-credible-and-just-transition-in-steel-and-cement-CBI_G20_01D.pdf).

PNUMA Inquiry. Definitions and concepts: Background Note. Inquiry Working Paper 16/13, Setembro 2015

PNUMA Finance Initiative. **Recommendations for designing regulatory frameworks to scale finance for Nature-based Solutions (Nbs)**. Input Paper for G20 Sustainable Finance Working Group. 2024.

RAY, Saon; JAIN, Samridhi; THAKUR, Vasundhara; MIGLANI, Smita. **Global Cooperation and G20: Role of Finance Track**. Springer: Singapore, 2023.

ROTH, Joachim; PLYSKA, Oleksandra; WANG, Jodi-Ann; RENMAN, Gustaf; BOSMAN, Savannah Bosman. **How finance can unlock credible, robust and just transition plans**. Input paper prepared for the G20 Sustainable Finance Working Group under the Brazilian Presidency. 2024. Disponível em: <https://g2osfwg.org/wp-content/uploads/2024/07/WBA-GRI-G20-SFWG-final-input-paper.pdf>.

SHISHLOV, Igor; CENSKOWSKY, Philipp. Same but different? Understanding divergent definitions of and views on climate finance. In: MICHAELOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin (ed.). **Handbook of International Climate Finance**. Edward Elgar Publishing, 2022, p. 15-39.

STICHELE, Myriam Vander. A new topic at the G20: ‘Green finance’. **SOMO** – The Centre for Research on Multilateral Corporations, 11 Maio 2016. Disponível em: <https://www.somo.nl/a-new-topic-at-the-g20-green-finance/>.

UNEA. Resolution adopted by the United Nations Environment Assembly on 2 March 2022. 5/5. Nature-based solutions for supporting sustainable development. **UNEP/EA.5/Res.5**, 2022.

U.S. Letter from Treasury Secretary Janet L. Yellen to G20 Colleagues. **U.S. Department of the Treasury**, 25 Fevereiro 2021. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0034/>.

---

**Lucas da Silva Tasquetto** · Professor do Bacharelado e do Mestrado em Relações Internacionais da UFABC. Integra a coordenação da Trilha de Finanças, no âmbito da presidência brasileira do G20, no Ministério da Fazenda.